



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

LEANDRO MELO BASTOS

**ANÁLISE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS GERADAS PELAS NOVE
MAIORES INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS BRASILEIRAS:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO ENTRE 2010 E 2016**

Brasília – DF

2017

LEANDRO MELO BASTOS

**ANÁLISE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS GERADAS PELAS NOVE
MAIORES INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS BRASILEIRAS:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO ENTRE 2010 E 2016**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Professor Orientador: Prof. Elivânio Geraldo de Andrade.

Brasília – DF

2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professora Cláudia da Conceição Garcia
Decana de Ensino de Graduação

Professor Cláudio Henrique Soares Del Menezzi
Decano de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor Eduardo Tadeu Vieira.
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto
Coordenador da Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador da Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

LEANDRO MELO BASTOS

**ANÁLISE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS GERADAS PELAS NOVE
MAIORES INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS BRASILEIRAS:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO ENTRE 2010 E 2016**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina de Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Me. Elivânio Geraldo de Andrade

Professor-Orientador

Me. Rildo e Silva

Professor-Examinador

Brasília, 27 de novembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Mestre Elivânio Geraldo de Andrade pelo suporte, apoio, incentivo e pelo conhecimento transmitido durante a elaboração deste trabalho. Também agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica.

Agradeço também a minha mulher, e a minha família por me apoiarem em todos os momentos difíceis da minha vida, sem eles eu não estaria aonde estou.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar a riqueza gerada e a sua respectiva distribuição entre os agentes pelas nove maiores instituições financeiras bancárias entre os anos de 2010 a 2016. Este trabalho apresenta um estudo descritivo, bibliográfico e documental, para o qual foi consultada a demonstração financeira das instituições selecionadas e identificado o total de ativo e o valor das demonstrações do valor adicionado nos anos de 2010 a 2016. O levantamento dos dados foi realizado mediante a pesquisa no sítio do Banco Central do Brasil das nove maiores instituições bancárias brasileiras e posteriormente a coleta documental das demonstrações contábeis consolidadas prudenciais das instituições. Para que fosse possível identificar a riqueza gerada pelas instituições, foi necessário calcular a relação entre o valor a distribuir da demonstração do valor adicionado e o total do Ativo. Foram realizadas duas análises: a primeira, individualizada anualmente das instituições financeiras selecionadas (Banco do Brasil, Itaú/Unibanco, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco Nacional de Desenvolvimento Social, Santander, Safra, BTG Pactual e Votorantim); a segunda, realizou um comparativo entre as instituições a partir do resultado em cada ano selecionado. Os resultados obtidos no período de cada instituição, observou-se que o Itaú/Unibanco, Bradesco, Banco Nacional de Desenvolvimento Social, Safra e BTG Pactual remunera preponderantemente o seu capital próprio com uma participação de todo o valor a distribuir na proporção de 40,31%, 38,07%, 58,37%, 38,58% e 58,25% respectivamente. O Banco do Brasil, CEF, Santander e Votorantim remunera majoritariamente os funcionários com uma participação em termos globais na proporção de 41,20%, 62,42%, 40,29% e 86,20% respectivamente. As instituições que mais geraram riqueza por unidade de ativo e o quanto deste índice foi distribuído entre os agentes. A instituição que obteve maior índice de geração de riqueza foi o Itaú/Unibanco com um percentual de 4,08%. As instituições que mais distribuíram suas riquezas para pessoal, impostos, capital de terceiros e capital próprio foram respectivamente: Caixa Econômica Federal com 1,80%, Itaú/Unibanco com 1,02%, Caixa Econômica Federal e Santander ambas com 0,13% e BTG Pactual com 2,00%. Ao final foi realizado uma análise do total das riquezas distribuídas entre os agentes e foi demonstrado que os funcionários são os agentes com a maior participação, 37,66%, nos valores a distribuir nas instituições analisadas de 2010 a 2016.

Palavras-chave: Valor adicionado. Instituição financeira. Riqueza gerada.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Banco do Brasil (Índice de Geração de Riqueza e distribuição)	29
Figura 2: Itaú / Unibanco (Índice de Geração de Riqueza e distribuição)	30
Figura 3: CEF (Índice de Geração de Riqueza e distribuição)	31
Figura 4: Bradesco (Índice de Geração de Riqueza e distribuição)	32
Figura 5: BNDES (Índice de Geração de Riqueza e distribuição)	33
Figura 6: Santander (Índice de Geração de Riqueza e distribuição)	34
Figura 7: Safra (Índice de Geração de Riqueza e distribuição)	35
Figura 8: BTG Pactual (Índice de Geração de Riqueza e distribuição)	36
Figura 9: Votorantim (Índice de Geração de Riqueza e distribuição)	37
Figura 10: Índice de Geração de Riqueza Bancos 2010 a 2016	39
Figura 11: Índice de Geração de Riqueza Distribuído Funcionários	40
Figura 12: Índice de Geração de Riqueza Distribuído para Impostos	41
Figura 13: Índice de Geração de Riqueza Distribuído Cap. Terceiros	42
Figura 14: Índice de Geração de Riqueza Distribuído Cap. Próprio	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Valores Anuais Demonstrações Financeiras	28
Quadro 2: Remuneração dos agentes Banco do Brasil	30
Quadro 3: Remuneração dos agentes Itaú / Unibanco	31
Quadro 4: Remuneração dos agentes CEF	32
Quadro 5: Remuneração dos agentes Bradesco	33
Quadro 6: Remuneração dos agentes BNDES	34
Quadro 7: Remuneração dos agentes Santander	35
Quadro 8: Remuneração dos agentes Safra	36
Quadro 9: Remuneração dos agentes BTG Pactual	37
Quadro 10: Remuneração dos agentes Votorantim	38
Quadro 11: Média Anual do Índice de Geração de Riqueza dos Bancos	39
Quadro 12: Média Anual Índice de Riqueza Distribuído aos Funcionários	40
Quadro 13: Média Anual Índice de Riqueza Distribuído a impostos	41
Quadro 14: Média Anual Índice de Riqueza Distribuído a Cap. Terceiros	42
Quadro 15: Média Anual Índice de Riqueza Distribuído a Cap. Próprio	43
Quadro 16: Distribuição entre os Agentes dos Valores a Distribuir de 2010 a 2016	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
- CIDE – Contribuições de intervenção no Domínio Econômico
- COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
- CSSL – Contribuição Social sobre o Lucro
- DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
- DVA – Demonstração do Valor Adicionado
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
- IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo
- IPI – Imposto sobre produto Industrializado
- IRPJ – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PCLD – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
- PIB – Produto Interno Bruto
- PIS – Programa de Integração Social
- SFN – Sistema Financeiro Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Demonstrações Contábeis	13
2.1.1 Balanço Patrimonial	14
2.1.2 Conceituações de Ativo	15
2.1.3 Balanço Social	16
2.1.4 Demonstração do Valor Adicionado	18
2.1.5 Demonstrações Consolidadas	21
2.2 Sistema Financeiro	22
2.2.1 Instituições Financeiras Bancárias	23
3 METODOLOGIA	25
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	27
4.1 Análises Individualizadas	29
4.1.1 Banco do Brasil	29
4.1.2 Itaú / Unibanco	30
4.1.3 Caixa Econômica Federal	31
4.1.4 Bradesco	32
4.1.5 Banco Nacional de Desenvolvimento Social	33
4.1.6 Santander	34
4.1.7 Banco Safra	35
4.1.8 BTG Pactual	36
4.1.9 Banco Votorantim	37
4.2 Comparativos entre as Instituições Financeiras	38
4.2.1 Comportamento das Instituições Financeiras	38
4.2.2 Distribuição aos Agentes	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE 1 – Modelo da Demonstração do Valor Adicionado	48

1. INTRODUÇÃO

Segundo Tibúrcio (2009, p.5), “a contabilidade representa uma realidade econômica e sua comunicação aos interessados por essa informação”. Tais demonstrações apresentam a situação econômica e financeira da organização que segundo Iudícibus *et al.* (2010, p. 33) “objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral”.

Com o intuito de evidenciar a contribuição das organizações para a economia local, há o surgimento da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) o qual, segundo o CPC – 09, tem como principal objetivo:

Para os investidores e outros usuários, essa demonstração proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida.

Para Almeida (2012, p.180), “o objetivo da DVA é apresentar o montante de cada valor adicionado pela sociedade e sua forma de contribuição. O valor adicionado significa a riqueza gerada pela companhia”. Nesse contexto, o usuário da informação consegue mensurar, pelo resultado da relação entre o total da DVA e o total de ativo das empresas, o potencial do ativo em gerar riqueza. Segundo Marion (2002, p. 252), “Esse índice mede quanto cada real investido no ativo gera de riqueza (valor adicionado), a ser transferido para vários setores que se relacionam com a empresa”.

Para Santos (2007, p 18) a soma dos valores adicionados das empresas, calculada através da DVA, representa parte significativa de toda a riqueza gerada no país.

Este estudo aborda a pesquisa em análises das Demonstrações do Valor Adicionado das nove maiores empresas bancárias do Sistema Financeiro Nacional (SFN), com o intuito de identificar a riqueza gerada por cada instituição financeira, e a distribuição da riqueza gerada entre os principais componentes da distribuição, dentre eles: Pessoal, Impostos Taxas e Contribuições, Remuneração de Capital de Terceiros e Remuneração de Capital Próprio. Cabe destacar, que para esta pesquisa foi utilizado os balanços consolidados para todas as instituições financeiras analisadas e atualizados pelo índice IPCA.

O objetivo geral deste artigo é identificar a riqueza gerada pelas nove maiores instituições financeiras do sistema financeiro nacional brasileiro, que com base nos resultados da pesquisa, é possível identificar para quais setores as instituições estão gerando maiores riquezas, entre o período de 2010 a 2016.

O artigo está organizado em cinco partes. Após a introdução, na seção 2 é apresentado o referencial teórico desta pesquisa. A terceira parte compreende a metodologia. Na quarta parte são apresentados e explanados os resultados da pesquisa. Na quinta parte são apresentadas as conclusões do estudo, destacando qual o setor as instituições financeiras estão gerando maiores riquezas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Demonstrações Contábeis

Segundo o Pronunciamento Técnico Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro –, as Demonstrações Contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, de acordo com a necessidade de cada público. Governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias, por exemplo, podem requisitar diferentes métodos em suas exigências para atendimento de seus próprios interesses.

Para Iudícibus (2013), relatório contábil representa sinteticamente a exposição resumida e ordenada dos principais fatos ocorrido até determinada data registrados pela contabilidade. Iudícibus (2013, p.26), explica que “entre os principais relatórios contábeis, os mais importantes são as Demonstrações Financeiras (terminologia utilizada pela Lei das S.A.), ou Demonstrações Contábeis (terminologia preferida dos contadores) ”.

Segundo Velter e Missagia (2011), as Demonstrações Financeiras são relatórios organizados de forma sucinta, os quais apresentam as informações contábeis de forma metódica e resumida, atendendo as exigências de cada público alvo, e que podem ter diferentes objetivos específicos, sendo evidenciados nas Demonstrações Financeiras os fatos patrimoniais e a situação da empresa, elaborados ao final de um determinado período de tempo

Marion (2009), destaca, como os principais relatórios contábeis, as Demonstrações Financeiras, que são obrigatórias de acordo com a legislação brasileira.

A lei nº 11.638/07, que entre outras alterações dá nova redação ao Art. 176, define:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mudanças ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício;

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício

Almeida (2012, p. 3) descreve os objetivos de cada uma das Demonstrações contábeis obrigatórias conforme a seguir:

Balanco Patrimonial: relata a situação patrimonial e financeira da sociedade na data-base de encerramento do exercício social.

Demonstração do Resultado: relata quanto a sociedade ganhou (lucro) ou perdeu (prejuízo) durante o exercício social.

Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados: relata as alterações ocorridas durante o exercício na conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Demonstração de Fluxo de Caixa: relata principalmente os pagamentos recebidos ocorridos durante o exercício social, relacionados com as atividades operacionais, de investimento e de financiamentos da sociedade.

Demonstração do Valor Adicionado: relata a riqueza gerada pela sociedade e como foi distribuída e retida, durante o exercício social (grifo nosso).

2.1.1 Balanço Patrimonial

Iudicibus *et al.* (2010), considera o Balanço Patrimonial como uma das ferramentas mais importantes da contabilidade, no qual é demonstrada a real situação patrimonial e financeira de uma empresa em determinado período, seguindo determinadas regras. No Balanço, são evidenciados com clareza o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido das empresas.

Para Bruni (2014), Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil mais básico, no qual são apresentados, de forma distinta, os bens e direitos (Ativo) separados das obrigações (Passivo) e Patrimônio Líquido.

Para Marion (2009, p.56), “O Balanço Patrimonial é o mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do ano em qualquer data prefixada”.

Segundo Velter e Missaglia (2011), o Balanço é o demonstrativo financeiro o qual tem por objetivo evidenciar a situação patrimonial da entidade em determinado período, após a escrituração contábil de todos os eventos.

Padoveze (2012), define o Balanço Patrimonial como o conjunto do Ativo e Passivo. É denominado como Balanço por se tratar de um equilíbrio ente Ativo e Passivo. Assim, o Ativo representa os bens e direitos e o Passivo compreende as obrigações e o Patrimônio Líquido. Marion (2009), corrobora com a informação, afirmando que, a expressão Balanço Patrimonial significa, equilíbrio do patrimônio. Em sentido amplo, o balanço evidencia a situação patrimonial da empresa em determinada data.

Conforme redação do Art. 178 da lei nº 11.638/07 (BRASIL, 2007), tem-se:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante; e

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I – passivo circulante;

II – passivo não circulante; e

III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

Com base no que foi apresentado sobre o Balanço Patrimonial, pode-se calcular uma série de índices que contribuem para a avaliação dos usuários das informações e em seus comparativos, para suportar as análises dos aspectos relevantes da empresa, como os índices de riqueza, de endividamento, de estrutura de capital, de rentabilidade, de realização financeira, entre outros.

2.1.2 Conceituações de Ativo

Segundo o CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro -, “Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se esperam que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade”. Em complemento à definição apresentado no CPC 00, Marion (2009), sustenta que para evidenciar um ativo, são necessários quatro requisitos básicos cumulativamente que são: os bens ou direitos, propriedade (há exceções), mensurável em dinheiro e benefício presente ou futuro. A lei nº 11.638/07 (BRASIL, 2007) que, entre outras alterações, dá nova redação ao Art. 179, define:

[...]Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

V – no diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional;

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido [...].

Assaf Neto (2012), define o Ativo como os recursos nos quais há uma expectativa que possam gerar benefício econômicos futuros aos investidores da entidade. Na concepção de Marion (2009, p.57), Ativo corresponde ao “conjunto de bens e direito controlado pela empresa. São os itens positivos do patrimônio; trazem benefício, proporcionam ganho para a empresa”. Para Iudícibus *et al.* (2010), o Ativo são todos aqueles bens e direitos das empresas expresso em moeda.

Bruni (2014) completa o que foi apresentado, definindo que os bens correspondem a quaisquer coisas que possam gerar dinheiro para a entidade ou que tenham a capacidade de satisfazer algum tipo de necessidade humana, podendo ser divididos em tangíveis/corpóreos ou em intangíveis/incorpóreos, enquanto os direitos, correspondem àqueles valores que terceiros devem para a entidade, podendo ser uma venda a prazo ou algum empréstimo no qual o risco permanece na entidade.

Velter e Missagia (2011), completam a definição de Bruni ao afirmarem que os bens correspondem às coisas suscetíveis de avaliação econômica e que contribuam para a disposição da entidade, para assim, ser possível atingir sua finalidade de atuação. Do ponto de vista contábil, corresponde aos elementos que formam o patrimônio. Os direitos correspondem aos valores a receber de terceiros ou valores que a entidade possui, que se encontram em posse de terceiros, podendo estar ligados ou não com a atividade fim da empresa.

2.1.3 Balanço Social

Segundo Assaf Neto (2012), a contabilidade é um importante mecanismo utilizado como um canal de informação com o público em geral sobre posições financeiras e econômicas das diversas entidades. Um dos maiores desafios da contabilidade é demonstrar para seus usuários a relação das instituições com a sociedade na qual está inserida; neste cenário surge então a figura do Balanço Social.

Para Santos (2007, p.22) surgiu com a necessidade de prestar informações aos empregados e à sociedade de forma geral.

Iudícibus *et al.* (2010), também enfatizam que o Balanço Social, demonstrativo contábil não obrigatório por lei, tem como objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com a sociedade em que está inserida, apresentando quatro diferentes vertentes, que são: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado, e os Benefícios e contribuições à Sociedade em Geral.

No entendimento de Marion (2009), o Balanço Social possui a finalidade de transmitir informações do desempenho econômico e social da entidade perante a sociedade em geral, apresentando informações tais como: rotatividade de funcionários, gastos com treinamento, benefícios sociais espontâneos, entre outros. O principal item do Balanço Social é o Valor Adicionado.

Assaf Neto (2012, p.99), corrobora a informação de Marion afirmando que “Uma das peças fundamentais componentes do Balanço Social é a Demonstração do Valor Adicionado”.

Padoveze (2012) entende Balanço Social como um objeto de responsabilidade social da contabilidade, para elucidar a atuação de determinada instituição para o meio no qual está inserida.

Para Assaf Neto (2012), o Balanço Social é um demonstrativo disponibilizado à sociedade, para que esta tenha acesso de forma ampla à real situação econômica e social de determinada entidade para com a sociedade como um todo.

Iudícibus *et al.* (2010), entendem que o Balanço Social demonstra a participação de responsabilidade social assumida pela instituição para que possa prestar contas à sociedade do uso do patrimônio público, constituído pelos recursos naturais e do direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua.

No decorrer dos anos, com o advento da globalização, há um movimento ascendente das instituições, índices de sustentabilidades e de responsabilidade social cada vez melhores e, com isso, por mais que não haja uma obrigatoriedade definida em lei de publicação de relatórios nos quais são apresentados a responsabilidade social, como o Balanço Social, as instituições sentem-se obrigadas a prestar contas para a sociedade. Assaf Neto (2012), acredita que o Balanço Social é uma ferramenta considerável de marketing e estratégia de negócios no ramo empresarial.

Para Iudícibus *et al.* (2010, p.7), “o Balanço Social tem importância para divulgar a postura da empresa e para que os interessados em sua continuidade tomem conhecimento da linha de conduta que está sendo adotada pela companhia”.

2.1.4 Demonstração do Valor Adicionado

A lei nº 11.638/07 que, entre outras alterações, dá nova redação ao Art. 188, define:

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

[...] II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Segundo Almeida (2012), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) teve sua origem na Europa e, no decorrer dos anos, passou a ser cada vez mais exigida internacionalmente, principalmente após uma recomendação da Organizações das Nações Unidas (ONU). Nessa demonstração, é evidenciada a produção de riqueza gerada pelas instituições, ou seja, o seu valor agregado, e de que forma essa riqueza foi distribuída e quanto ficou retido na entidade. Em alguns países emergentes, só são aceitas a instalação e manutenção de uma empresa transnacional caso seja apresentado o valor adicionado que esta pode gerar àquele país.

Para Marion (2009), o Valor Adicionado tem como foco evidenciar qual o destino da riqueza gerada pela empresa.

Conforme definido pelo Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado –, “Valor Adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros”.

Conforme apresentado por Assaf Neto (2012), a DVA demonstra aos usuários a riqueza gerada pela empresa e como foi distribuída para os agentes econômicos que contribuíram para a formação da riqueza, como funcionários, governo, acionistas, financiadores de capital, entre outros. Ou seja, dessa forma, representa a contribuição da empresa para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do meio em que está inserida.

Para Padoveze (2012), a DVA é uma demonstração bastante útil, principalmente do ponto de vista macroeconômico, pois apresenta o valor agregado gerado pela empresa. O PIB representa o valor da soma dos valores agregados de todas as empresas, logo, na DVA é possível identificar sua participação na construção do PIB.

Almeida (2012) contesta a argumentação de alguns profissionais e pesquisadores no que tange à afirmativa que a DVA é um importante instrumento macroeconômico para identificar a contribuição da empresa para a formação do PIB, pois há diferentes critérios para a apuração contábil (DVA) e para a apuração da economia (PIB). O primeiro trabalha com o conceito de regime de competência (importante princípio da contabilidade), enquanto o segundo trabalha com o conceito de produção; logo, há diferentes resultados nas respectivas apurações.

Conforme já compreendido, a DVA é o instrumento no qual é apresentado a riqueza gerada pela empresa e como esta foi distribuída para aqueles que contribuíram para tal resultado. Tal instrumento não pode ser confundido com a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), pois conforme apresentado por Iudícibus *et al.* (2010), a DRE tem como objetivo apresentar o resultado do lucro líquido voltado quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, enquanto a DVA está dirigida para a geração de riquezas e sua respectiva distribuição para aqueles que contribuíram para sua formação.

Assaf Neto (2012), complementa ao afirmar que a DRE é a demonstração que mais se assemelha à DVA, pois a base para a elaboração da DVA é a própria DRE. No entanto, elas se diferenciam, pois a DRE explica o resultado no período, enquanto a DVA completa as informações de forma positiva, tratando-se está de um excelente instrumento macroeconômico que contribui para mensurar a riqueza gerada pelas atividades da empresa.

No entendimento de Almeida (2012), a DVA é representada pelos dados contidos na DRE. No entanto, sofre alterações em sua forma de apresentação. Além da DRE, para a sua elaboração, a DVA também faz uso de informações como a destinação de lucros do resultado do exercício, na forma de dividendos e retenções de lucros em lucros acumulados e reservas de lucros contidas na DMPL.

De forma sucinta, conforme apresentado por Marion (2009), para a elaborar a DVA é necessário apenas subtrair das vendas todas as compras de bens e serviços para assim identificar o valor que a empresa possui para realizar o pagamento de salários, juros, impostos, e reinvestir em seu negócio.

Conforme apresentado por Padoveze (2012), a DVA apresenta dois aspectos, são eles: o valor a maior da diferença entre os valores gastos com aquisição de insumos e serviços de terceiros e a distribuição para os agentes da comunidade deste valor excedido.

Conforme apresentado pelo Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado –, a DVA deve ser dividida nos itens a seguir para a sua elaboração:

- a) Receitas, representa a soma dos seguintes itens:
 - i. Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços – Nesse item são discriminados todos os tributos que são incidentes sobre essas vendas; logo, corresponde à receita bruta.
 - ii. Outras Receitas – Nesse item são apresentados os valores de tributos incidentes em Outras Receitas;
 - iii. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – São apresentados todos os valores correspondentes à Constituição ou Reversão da PCLD.
- b) Insumos Adquiridos de Terceiros, este item é composto pela soma dos itens que seguem:
 - i. Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços – Corresponde aos valores das matérias-primas, que foram adquiridas de terceiros e contidas no Custo dos produtos vendido, das mercadorias e dos serviços vendidos. Nesses valores dos custos devem ser considerados os valores dos tributos incluídos no momento da compra, como o ICMS, IPI, PIS e COFINS.
 - ii. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros – São incluídas as despesas originadas da utilização dos bens adquiridos de terceiros. Assim como no item anterior, para os valores dessas despesas devem ser considerados todos os tributos incidentes sobre elas.
 - iii. Perda/Recuperação de Valores Ativos – Nesse item são apresentados aqueles valores de ativos que sofreram algum tipo de ajuste, ou seja, sofreram mudança de valor em seu ativo, tanto para maior (recuperação) quanto para menor (perda). Um exemplo seria quando há um ajuste a valor de mercado.
- c) Valor Adicionado Bruto, corresponde ao somatório dos itens a e b.
- d) Depreciação, Amortização e Exaustão, corresponde aos valores de custos com depreciação, amortização e exaustão realizados no período.
- e) Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade, refere-se à diferença entre o item c e o item d.
- f) Valor adicionado Recebido em Transferência, refere-se à riqueza gerada por outras empresas. No entanto, recebido em transferência, esse item contém a seguinte abertura:
 - i. Resultado de Equivalência patrimonial – Pode representar uma queda, logo deve ser reduzida da riqueza da empresa ou pode ocorrer um aumento, devendo assim, ser somado à riqueza.
 - ii. Receitas Financeiras – Conjunto de todos os ganhos com rendimentos, inclusive por meio de variações cambiais.
 - iii. Outras Receitas – Inclui os dividendos dos investimentos que a entidade possui e receitas de alugueis, caso não seja atividade fim da empresa, entre outros.
- g) Valor Total a Distribuir da Empresa, este item representa a riqueza que a entidade obteve no período antes da respectiva distribuição, representa ao somatório dos itens e e f.
- h) Distribuição da Riqueza, aqui se dá início à segunda parte da DVA, em que será apresentado de forma detalhada o valor da riqueza obtida no período, conforme apresentado no item g, além de corresponder ao somatório a seguir:
 - i. Pessoal – Este item corresponde à parcela de riqueza distribuída a seus funcionários, incluído todos os proventos (salários, horas extras, participação dos lucros, entre outros) os benefícios (vale transporte, vale alimentação e demais auxílios) e os valores de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).
 - ii. Impostos, taxas e contribuições – Neste item são apresentados os valores pagos dos impostos federais (IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS e Contribuição Sindical Patronal), os impostos estaduais (ICMS e IPVA) e os impostos municipais (ISS e IPTU)
 - iii. Remuneração de Capitais de terceiros – São os valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital, como os valores de juros, alugueis e outras, como direitos autorais, franquias.
 - iv. Remuneração de Capital Próprio – Corresponde aos valores distribuídos aos sócios e acionistas em forma de dividendos ou lucros retidos e prejuízos do exercício.

A título de exemplo, apresenta-se o modelo da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) no Anexo I de acordo com o que está apresentado no CPC 09.

Cabe também destacar que o modelo de DVA utilizada para este trabalho é o de Bancos, pois segundo Santos (2007, p.44) convencionou-se que os custos financeiros dessa atividade devem ser alocados como custo de obtenção de receitas e não como distribuição de valor adicionado.

Com base no que foi apresentado da Demonstração do valor Adicionado (DVA), com essa importante Demonstração é possível calcular diversos índices, como o potencial do ativo em gerar riqueza, a retenção de riqueza, valor capital per capita, entre outros.

2.1.5 Demonstrações Consolidadas

Conforme apresentado por Iudícibus *et al.* (2010, p. 649):

O objetivo da consolidação é apresentar aos usuários da informação contábil, principalmente acionistas e credores, os resultados das operações e a posição financeira da sociedade controladora e de suas controladas, como se o grupo econômico fosse uma única entidade. Isso permite uma visão mais geral e abrangente e melhor compreensão do que inúmeros balanços isolados de cada empresa do grupo.

Para Almeida (2012, p. 217), “a demonstração tem por objetivo apresentar demonstrações de duas ou mais sociedades, apresentadas pela controladora e pelas suas controladas como se fossem uma única entidade. ”

Segundo o CPC 36 (R3) - demonstrações consolidadas “o grupo econômico é definido pela controladora e todas as suas controladas”. Corroborando para a análise Iudícibus *et al.* (2010, p. 643) define controle como “o poder para direcionar políticas financeiras e operacionais de uma entidade de forma a obter os benefícios de sua atividade. ”

O CPC 36 reafirma que para um investidor controlar uma investida deve possuir todos os seguintes atributos:

Poder sobre a investida;
Exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
A capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

O controle explanado anteriormente pode ser exercido direta ou indiretamente, através de seu poder sobre a investida ou sobre o controle de outros controladores sobre a investida, através

de poder de votos proporcionais, ou através de dispositivos contratuais que explanem acerca do controle sobre a controlada.

Com base no que foi apresentado serão utilizadas para este estudo as demonstrações consolidadas, uma vez que esta demonstração permite uma visão mais geral e abrangente sobre as instituições financeiras analisadas.

2.2 Sistema Financeiro

Para Fortuna (2013), o Sistema Financeiro pode ser definido como um conjunto de instituições que têm como objetivo proporcionar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recurso entre poupadores e investidores. O Mercado Financeiro possibilita o contato dos poupadores (superavitários) com aqueles que possuem perspectivas de investimento que superam as respectivas disponibilidades de poupança (deficitários).

No entendimento de Andrezo e Lima (2007, p. 1), “mercado financeiro consiste no conjunto de instituições e instrumentos destinados a oferecer alternativas de aplicação e captação de recursos financeiros. Basicamente, é o mercado destinado ao fluxo de recursos financeiros entre poupadores e tomadores”.

Segundo Bruni (2005), de forma sucinta, mercado financeiro é a transferência de recursos dos agentes superavitários para os agentes deficitários, na qual o primeiro objetiva ser remunerado por esta transferência, enquanto, o segundo, aceita pagar por este empréstimo. Ao depender dos prazos estabelecidos nessas transações elas podem ser classificadas em diferentes segmentos do mercado financeiro, como mercado de capitais, de câmbio, de crédito, entre outros.

Andrezo e Lima (2007) completam definindo que a remuneração que os agentes superavitários objetivam receber e que os agentes deficitários pagarão é chamada de juros ou, em termos percentuais, de taxa de juros.

No mercado Financeiro verifica-se como um protagonista a figura do agente financeiro, o qual pode ser definido como pessoa física ou jurídica ou o governo. Na ótica do mercado financeiro, há três distintos agentes financeiros de acordo com seus volumes relativos de renda e consumo, são os superavitários, aqueles que apresentam renda superior ao consumo; os nulos, com renda igual ao que consome; e deficitários, quando apresentam renda inferior ao de consumo.

2.2.1 Instituições Financeiras Bancárias:

Conforme disposto do art. 17 da Lei nº 4.595/64, instituição financeira é definida como:

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Para Andrezo e Lima (2007, p. 2), “instituições financeiras são aquelas que têm por finalidade principal a intermediação financeira entre poupadores e tomadores de recursos financeiros”.

Conforme estabelecido por Fortuna (2013), instituição financeira bancária ou monetária são aquelas instituições captadoras de depósitos à vista e, portanto, que multiplicam a moeda. As instituições Financeiras Bancárias são divididas em Bancos Comerciais, Caixas Econômicas, Bancos Cooperativos e Cooperativas de Crédito.

Segundo Porto (2015), instituição financeira são aquelas que têm como característica ser multiplicadores de moeda, ou seja, são as que permitem a criação de moeda por meio de depósitos à vista (moeda-escritural). A categoria é dividida em Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos, os quais são responsáveis em fornecer crédito, produtos de investimentos, cartão de crédito, seguros, serviços de previdências, entre outros serviços financeiros.

De acordo com Bruni (2005), os Bancos Comerciais são classificados como instituição financeira por possuírem o poder de criação de moeda escritural. Com isso, os Bancos recebem depósitos e disponibilizam empréstimos de curto e médio prazo, com maior ênfase para capital de giro para empresas comerciais, industriais, prestadoras de serviços e pessoa física

Conforme definido por Bruni (2005), as Cooperativas de Crédito são instituições financeiras privadas que propiciam crédito para o setor primário da economia para permitir o crescimento agrário e que, em geral, oferecem taxas de juros menores do que as oferecidas pelos Bancos comerciais.

Ainda segundo Andrezo e Lima (2007), as Caixas Econômicas se assemelham aos Bancos Comerciais, pois nela também há a criação da moeda escritural. As cadernetas de poupança constituem relevante fonte de recurso, e suas principais operações ativas consistem na concessão de crédito. Adicionalmente, a Caixa Econômica cuida dos depósitos de FGTS (Fundo

de Garantia do Tempo e Serviço), abono do PIS (Programa de Integração Social) e seguro-desemprego, se transformando no principal agente do governo.

3. METODOLOGIA

Silva (2010, p. 13), entende metodologia como: “O estudo do método para se buscar determinado conhecimento”.

Para Beuren (2008), de forma sucinta, método são os procedimentos realizados para responder algo e para atingir determinado objetivo pré-estabelecido.

De acordo com Gonsalves (2007), o tipo de pesquisa pode ser definido por diferentes critérios, são eles: conforme seus objetivos (exploratória, descritiva, experimental ou explicativa), procedimentos de coletas (experimento, levantamento, estudo de caso, bibliográfica, documental e participativa), fontes de informação (campo, laboratório, bibliográfica e documental) e pelas naturezas dos dados (quantitativa e qualitativa).

Segundo Gil (2010), pesquisa é definida como o procedimento racional e sistemático que tem como meta responder a algum problema proposto. É necessária a realização da pesquisa quando não há artifícios suficientes para que o problema seja respondido ou que a informação para tal resposta se encontre em estado de desordem, que não seja possível a resposta adequada do problema.

Em relação à metodologia desta pesquisa, para que seja possível responder ao problema estabelecido, a metodologia utilizada é a descritiva, pois para Silva (2010, p.59), “pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis. Os dados coletados nesse tipo de pesquisa possuem técnicas padronizadas”.

Quanto ao procedimento desta pesquisa foi utilizado o bibliográfico e o documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada pela necessidade de realizar pesquisas em livros, artigos e demais publicações para um melhor entendimento do assunto abordado. Segundo Beuren (2008), a pesquisa bibliográfica deve ser empregada quando há o objetivo de colher informações divulgadas publicamente para responder ao problema de pesquisa proposto e assim atingir o objetivo geral da pesquisa. Gil (2010) aponta que as pesquisas bibliográficas são elaboradas com materiais publicados, como: livros, revistas, jornais, dissertações, trabalhos científicos, discos, fitas magnéticas e materiais disponíveis na internet.

A pesquisa documental foi necessária em virtude da necessidade de realização de consultas de Demonstrações Contábeis das instituições financeiras selecionadas, pois para Gil (2010, p. 30), “a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com

finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. Mas há fontes que ora são consideradas bibliográficas, ora documentais”.

Sendo o sistema bancário brasileiro muito concentrado, foram escolhidas as 9 maiores instituições financeiras em valores de ativos, pois compreendem 85,14% do total de ativos no sistema financeiro nacional. O restante da população torna-se imaterial para a análise deste trabalho.

Para identificar a riqueza gerada pelas nove maiores instituições financeiras de capital aberto no período entre 2010 e 2016, primeiramente foram identificadas no site do Banco Central (Bacen) brasileiro, as maiores instituições financeiras bancárias em totais de ativo do Sistema Financeiro Nacional (SFN), e constatou-se que as maiores instituições de capital aberto em totais de ativo são: Banco do Brasil, Itaú/Unibanco, Caixa Econômica Federal, Bradesco, BNDES, Santander, Safra, BTG Pactual e Votorantim. Em seguida, foram retiradas as Demonstrações Financeiras consolidadas nos sites das respectivas instituições financeiras identificadas e atualizadas pelo índice IPCA até a data base de 31/12/2016. A escolha do IPCA foi devido ao fato de o Conselho Monetário nacional, órgão normativo do setor financeiro nacional, utiliza-lo desde 1999 como parâmetro da meta de inflação.

O cálculo realizado para a identificação do índice de riqueza gerado por ativo foi a razão entre o valor a distribuir com o total de ativos de cada balanço anual, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Índice Riqueza} = \frac{\text{Valor a Distribuir}}{\text{Total de Ativos}}$$

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A escolha das instituições financeiras contempladas no estudo partiu da utilização das demonstrações financeiras consolidadas anuais entre os períodos de 2010 e 2016, tendo sido consultados o total de ativo no balanço patrimonial, o total a distribuir da demonstração do valor adicionado e os valores totais a distribuir para pessoal, impostos, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio.

Dessa forma, com os valores retirados nas demonstrações contábeis e atualizados pelo índice IPCA até a data base de 31/12/2016, foi calculado o índice de riqueza gerado por cada instituição em cada ano do período selecionado para analisar a riqueza gerada anualmente e distribuída por cada banco selecionado. Na Tabela 1 são apresentados os valores obtidos em demonstrações contábeis.

Tabela 1 – Valores Anuais Demonstrações financeiras (Em R\$ bilhão):

Itaú/Unibanco							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total de Ativo	1.130,0	1.200,5	1.355,4	1.396,8	1.432,9	1.458,5	1.425,6
Valor a Distribuir	56,8	51,9	49,5	52,9	59,3	43,0	66,8
Pessoal	16,8	16,9	16,8	17,6	17,6	18,2	19,6
Impostos	17,4	12,0	12,5	13,9	15,8	- 2,0	24,2
Remuneração Cap. Terceiros	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,5
Remuneração Cap. Próprios	21,3	21,7	18,9	20,0	24,4	25,4	21,5
Banco do Brasil							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total de Ativo	1.219,8	1.383,6	1.537,2	1.647,1	1.704,1	1.503,5	1.387,2
Valor a Distribuir	54,4	54,5	53,7	62,0	51,9	42,3	44,3
Pessoal	19,6	20,8	21,6	23,0	21,9	21,5	21,3
Impostos	16,2	15,5	14,5	16,6	13,4	2,1	11,9
Remuneração Cap. Terceiros	0,9	1,0	1,2	1,4	1,5	1,4	1,4
Remuneração Cap. Próprios	17,6	17,2	16,5	21,0	15,1	17,3	9,7
Caixa Econômica Federal							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total de Ativo	602,42	719,45	939,18	1.084,25	1.262,18	1.291,33	1.255,45
Valor a Distribuir	21,97	26,11	28,60	31,16	33,35	26,97	30,07
Pessoal	13,95	15,28	16,87	18,76	19,72	19,73	19,43
Impostos	1,42	2,54	2,39	2,45	3,64	- 1,96	4,97
Remuneração Cap. Terceiros	0,93	0,98	1,23	1,45	1,59	1,56	1,53
Remuneração Cap. Próprios	5,66	7,31	8,11	8,49	8,41	7,63	4,14
Bradesco							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total de Ativo	958,62	1.073,84	1.174,61	1.147,18	1.223,49	1.093,37	1.179,61
Valor a Distribuir	41,61	43,08	41,91	40,53	47,58	31,27	51,80
Pessoal	12,10	14,23	14,09	14,34	14,97	13,41	15,18
Impostos	13,37	12,14	11,46	9,83	13,51	- 1,67	20,40
Remuneração Cap. Terceiros	0,89	0,96	1,06	1,06	1,08	0,98	1,04
Remuneração Cap. Próprios	15,25	15,75	15,30	15,30	18,02	18,56	15,18
Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total de Ativo	825,6	881,1	956,0	987,9	1.039,9	998,6	876,1
Valor a Distribuir	24,0	19,5	17,7	18,2	18,6	13,5	12,0
Pessoal	1,5	1,4	1,6	1,6	1,7	1,8	1,7
Impostos	7,5	5,2	5,0	6,2	6,6	5,0	3,9
Remuneração Cap. Terceiros	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Remuneração Cap. Próprios	14,9	12,8	10,9	10,3	10,2	6,7	6,4
Santander							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total de Ativo	582,3	597,5	599,8	613,8	699,4	727,0	701,7
Valor a Distribuir	21,4	18,0	19,2	17,4	17,3	20,4	25,7
Pessoal	8,1	8,4	8,6	8,0	7,7	7,6	7,8
Impostos	6,6	3,7	6,0	5,5	6,0	4,3	11,6
Remuneração Cap. Terceiros	0,7	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,7
Remuneração Cap. Próprios	5,9	5,1	3,8	3,0	2,8	7,7	5,7
Safra							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total de Ativo	110,24	120,78	148,92	166,30	169,41	162,85	154,79
Valor a Distribuir	3,98	5,03	4,57	4,33	4,49	3,86	5,05
Pessoal	1,13	1,47	1,53	1,42	1,44	1,51	1,62
Impostos	1,22	1,72	1,21	1,07	1,08	0,44	1,60
Remuneração Cap. Terceiros	0,05	0,06	0,12	0,13	0,14	0,13	0,13
Remuneração Cap. Próprios	1,58	1,77	1,71	1,72	1,83	1,77	1,70
BTG Pactual							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total de Ativo	109,63	115,65	164,77	151,34	192,84	273,15	111,77
Valor a Distribuir	2,79	3,32	6,28	6,46	6,06	6,23	7,58
Pessoal	0,69	1,07	1,96	1,87	1,96	3,40	2,40
Impostos	0,86	0,12	1,46	0,99	0,25	- 3,19	1,67
Remuneração Cap. Terceiros	0,02	0,03	0,08	0,10	0,11	0,16	0,16
Remuneração Cap. Próprios	1,22	2,09	2,78	3,51	3,74	5,86	3,36
Votorantim							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total de Ativo	162,13	157,72	161,73	133,26	116,99	118,28	103,00
Valor a Distribuir	5,15	1,72	- 2,20	0,62	2,85	1,53	2,50
Pessoal	1,58	1,52	1,62	1,53	1,64	1,36	1,23
Impostos	1,88	0,28	- 1,35	- 0,40	0,50	- 0,44	0,77
Remuneração Cap. Terceiros	0,17	0,19	0,18	0,14	0,11	0,09	0,07
Remuneração Cap. Próprios	1,53	- 0,26	- 2,66	- 0,65	0,60	0,52	0,43

Fonte: Elaboração Própria

A partir de então serão realizadas análises individualizadas do índice de riqueza e de sua respectiva distribuição para cada instituição financeira selecionada. Em seguida será realizado um comparativo do resultado obtido das respectivas instituições no período indicado.

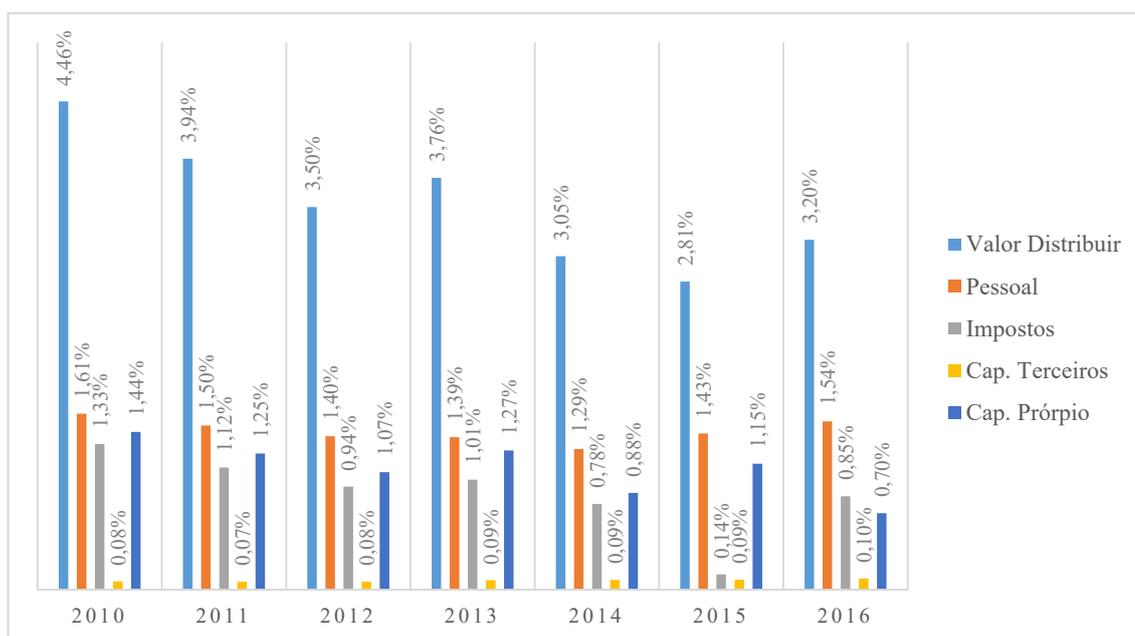
4.1 Análises Individualizadas

Neste tópico será abordada uma análise individualizada das instituições financeiras do índice de riqueza gerado e sua respectiva distribuição em cada ano do período selecionado.

4.1.1 Banco do Brasil

A figura 1 apresenta o resultado obtido, no Banco do Brasil, do quociente do total da DVA sobre o total de Ativo nos anos de 2010 a 2016. Logo, será identificado o percentual de retorno que cada real investido no Ativo gera de valor adicionado a ser distribuído para os diferentes setores que contribuíram para a produção do resultado da empresa.

Figura 1 – Banco do Brasil (Índice de Geração de Riqueza por ativo e distribuição entres os agentes):



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 2 – Remuneração dos agentes 2010 a 2016 (Em R\$ mil):

Banco do Brasil		
	Valor Distribuido	Part. Distribuição
Pessoal	149.625.232	41,20%
Impostos	90.158.242	24,82%
Cap. Terceiros	8.976.808	2,47%
Cap. Próprio	114.422.860	31,51%
Valor a Distribuir	363.183.142	100%

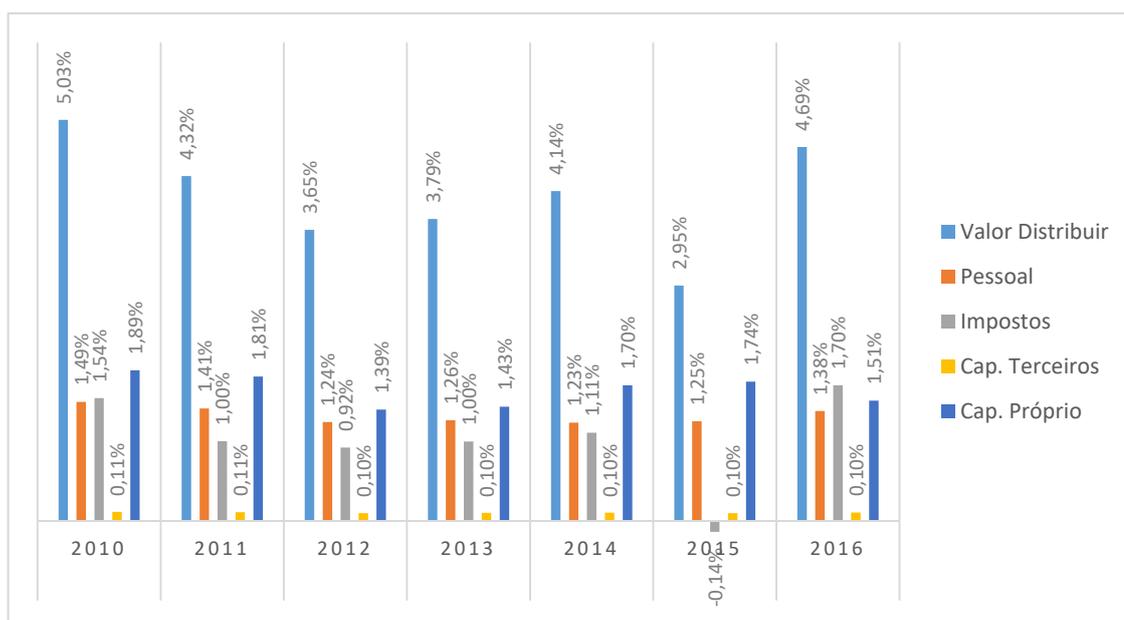
Fonte: Elaboração Própria

A figura 1 demonstra que o Banco do Brasil vem reduzindo o seu índice de geração de riqueza chegando ao menor patamar em 2015 no período analisado. A distribuição de riquezas entre o capital próprio, impostos e pessoal também seguiram a mesma tendência de queda, já a remuneração com capital de terceiros se mantém constante durante todo o período analisado.

A tabela 2 demonstra que o Banco do Brasil durante o período de 2010 a 2016 remunerou preponderantemente os seus funcionários, representando 41% da distribuição da sua riqueza gerada, em seguida o capital próprio foi remunerado com 32% das riquezas, os impostos foram remunerados com 25% das riquezas e por último o capital de terceiros foi remunerado com 2% de suas riquezas.

4.1.2 Itaú/Unibanco

Figura 2 – Itaú/Unibanco (Índice de Geração de Riqueza por ativo e distribuição entres os agentes):



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 3 – Remuneração dos agentes 2010 a 2016 (Em R\$ mil):

Itaú/Unibanco		
	Valor Distribuido	Part. Distribuição
Pessoal	123.650.060	32,52%
Impostos	93.780.595	24,66%
Cap. Terceiros	9.547.687	2,51%
Cap. Próprio	153.257.939	40,31%
Valor a Distribuir	380.236.281	100%

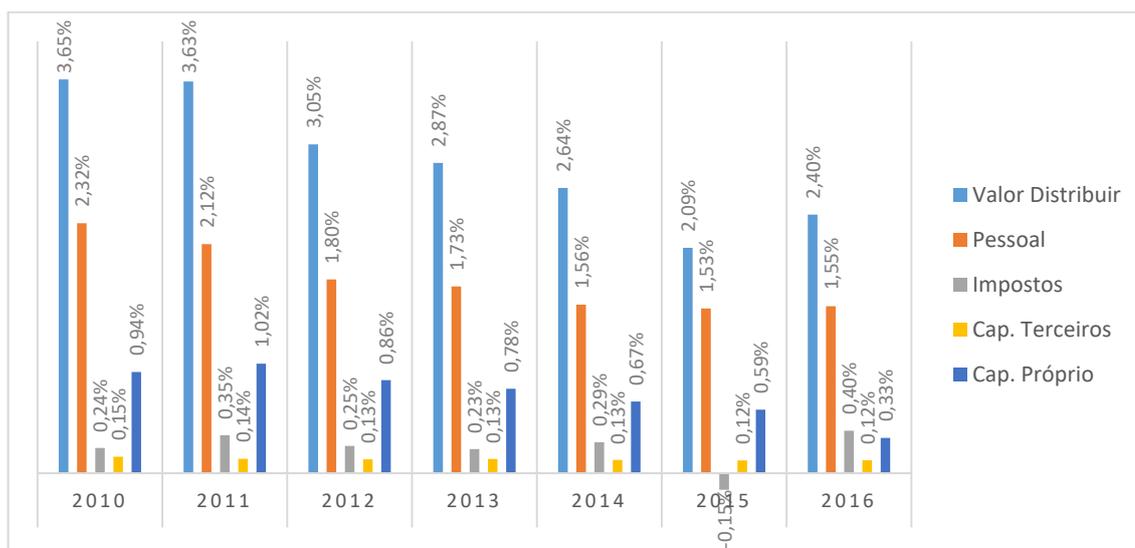
Fonte: Elaboração Própria

Na figura 2 é possível verificar que o banco Itaú/Unibanco também segue a mesma tendência de queda do índice de geração de riqueza verificado no Banco do Brasil. Os índices de distribuição de pessoal, capital próprio e capital de terceiros também acompanha proporcionalmente a queda do índice de riquezas. A remuneração ao capital de terceiros também se manteve estável e não houve alterações significativas.

A tabela 3 demonstra que o Itaú/Unibanco, no período observado, vem remunerando preferencialmente o capital próprio, com 40% de suas riquezas geradas, em segundo lugar vem a riqueza distribuída para os funcionários, com 33%, em seguida os impostos com 25% e por último o capital de terceiros com apenas 3%.

4.1.3 Caixa Econômica Federal

Figura 3 – CEF (Índice de Geração de Riqueza por ativo e distribuição entres os agentes):



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 4 – Remuneração dos agentes 2010 a 2016 (Em R\$ mil):

CEF		
	Valor Distribuido	Part. Distribuição
Pessoal	123.738.551	62,42%
Impostos	15.459.898	7,80%
Cap. Terceiros	9.281.030	4,68%
Cap. Próprio	49.742.376	25,09%
Valor a Distribuir	198.221.854	100%

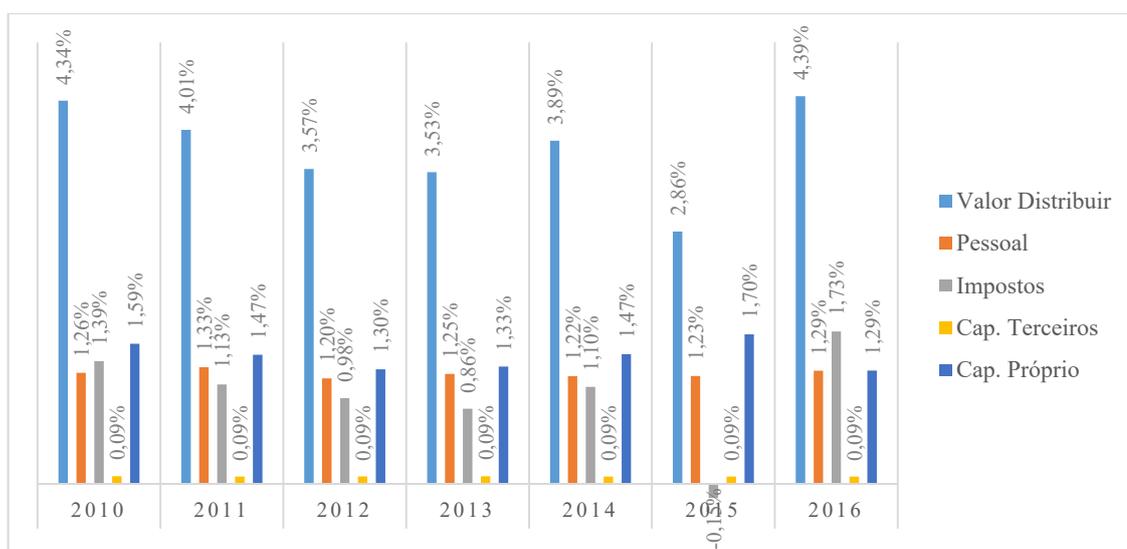
Fonte: Elaboração Própria

Na figura 3 também se observa a mesma tendência de queda do índice de geração de riqueza visto nas outras instituições financeiras, tendo seu menor índice no ano de 2015. Notadamente por ser uma instituição bancária totalmente pública a CEF possui o maior índice de distribuição de riquezas a seus funcionários, chegando em 2010 a distribuir 2,32% dos 3,65% do índice riquezas geradas naquele ano. A remuneração com capital de terceiros também se manteve estável no período.

A tabela 4 corrobora o examinado anteriormente, demonstrando que no período de 2010 a 2016 a CEF distribuiu para os seus funcionários o montante de 62% de toda a sua riqueza gerada no período. Em segundo lugar vem as riquezas distribuídas para o capital próprio com 25%, impostos com 8% e por último o capital de terceiros com 5%.

4.1.4 Bradesco

Figura 4 – Bradesco (Índice de Geração de Riqueza por ativo e distribuição entres os agentes):



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 5 – Remuneração dos agentes 2010 a 2016 (Em R\$ mil):

Bradesco		
	Valor Distribuido	Part. Distribuição
Pessoal	98.323.622	33,02%
Impostos	79.035.212	26,54%
Cap. Terceiros	7.054.592	2,37%
Cap. Próprio	113.361.246	38,07%
Valor a Distribuir	297.774.672	100%

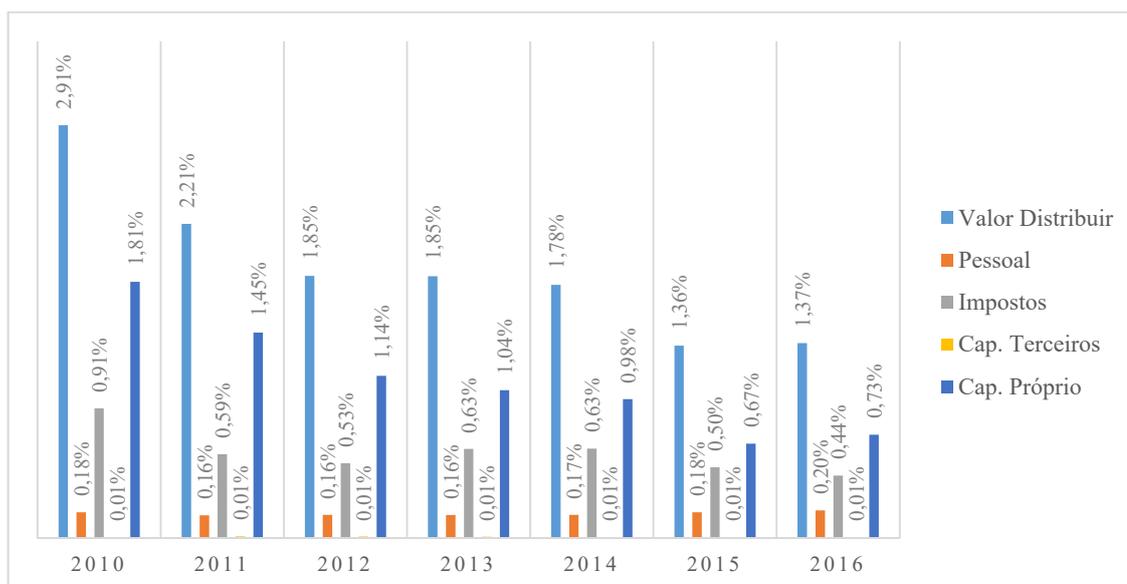
Fonte: Elaboração Própria

A figura 4 demonstra que o Bradesco apesar da tendência de queda de seus valores a distribuir de 2010 a 2015, conseguiu em 2016 recuperar seu índice de riqueza gerada aos patamares de 2010. Percebe-se também que a distribuição de riquezas com pessoal se manteve estável durante todo o período analisado.

A tabela 5 demonstra que o Bradesco vem distribuindo as suas riquezas geradas de maneira quase homogênea entre o capital próprio, 38%, e seu pessoal, 33%, em seguida vem os impostos remunerados com 27% das riquezas geradas e por último o capital de terceiros com 2%.

4.1.5 Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)

Figura 5 – BNDES (Índice de Geração de Riqueza por ativo e distribuição entres os agentes):



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 6 – Remuneração dos agentes 2010 a 2016 (Em R\$ mil):

BNDES		
	Valor Distribuido	Part. Distribuição
Pessoal	11.366.562	9,20%
Impostos	39.446.201	31,92%
Cap. Terceiros	623.874	0,50%
Cap. Próprio	72.126.749	58,37%
Valor a Distribuir	123.563.386	100%

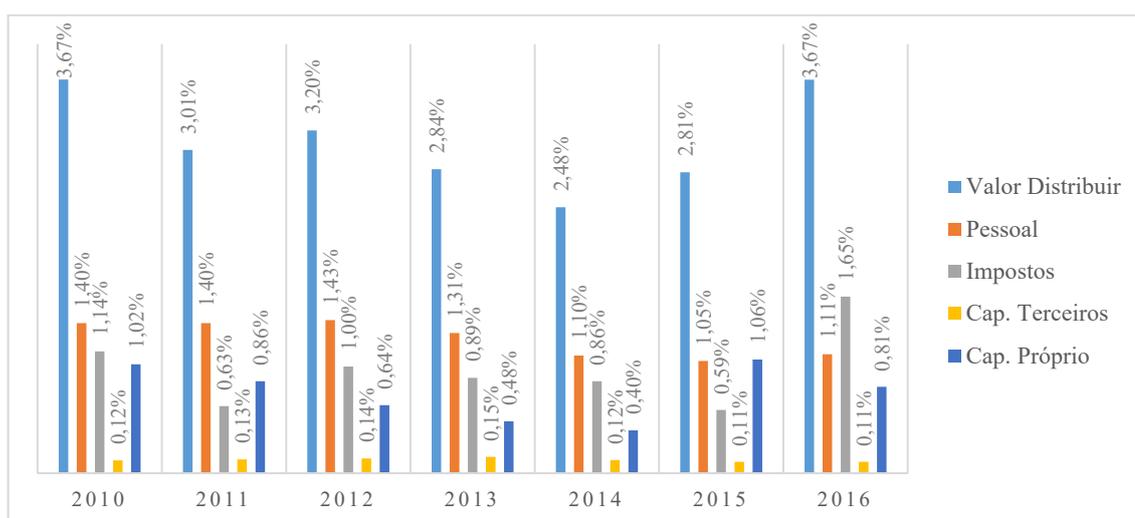
Fonte: Elaboração Própria

A Figura 5 mostra que o BNDES vem perdendo anualmente o a sua capacidade de gerar riqueza por ativo, chegando ao menor patamar da série histórica em 2016. Ao contrário de outros bancos públicos o BNDES remunera majoritariamente o seu capital próprio tendo sua remuneração de pessoal um índice de remuneração de apenas 0,2% em 2016.

Corroborando o explanado anteriormente, foi evidenciado através da tabela 5 que o BNDES remunera majoritariamente com 58% o capital próprio, tendo em seguida sua maior distribuição com impostos, 32%, pessoal com apenas 9% e capital de terceiros em último com 1%.

4.1.6 Banco Santander

Figura 6 – Santander (Índice de Geração de Riqueza por ativo e distribuição entres os agentes):



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 7 – Remuneração dos agentes 2010 a 2016 (Em R\$ mil):

Santander		
	Valor Distribuido	Part. Distribuição
Pessoal	56.188.475	40,29%
Impostos	43.654.625	31,30%
Cap. Terceiros	5.617.511	4,03%
Cap. Próprio	33.998.846	24,38%
Valor a Distribuir	139.459.457	100%

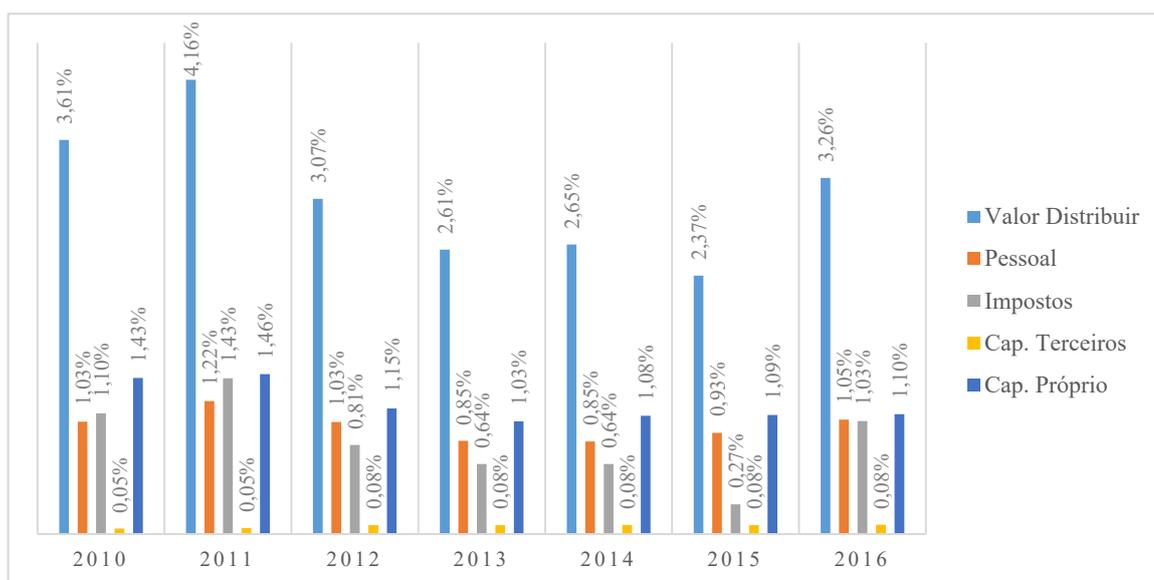
Fonte: Elaboração Própria

A figura 6 demonstra que o índice de geração de riqueza do Santander reduziu de 2010 a 2015 e se recuperou ao patamar original em 2016. Percebe-se que ao contrário dos bancos privados analisados o Santander vem distribuindo mais a sua riqueza aos seus funcionários e a impostos do que o seu capital próprio.

A tabela 7 corrobora a análise acima, demonstrando que o Santander vem de 2010 a 2016 remunerando preponderantemente o seu pessoal, com 40% das riquezas distribuídas, e com impostos, com 31% das suas riquezas. O capital próprio é remunerado apenas com 24% das riquezas e o capital de terceiros com 4%.

4.1.7 Banco Safra

Figura 7 – Safra (Índice de Geração de Riqueza por ativo e distribuição entres os agentes):



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 8 – Remuneração dos agentes 2010 a 2016 (Em R\$ mil):

Safra		
	Valor Distribuido	Part. Distribuição
Pessoal	10.116.408	32,31%
Impostos	8.344.999	26,65%
Cap. Terceiros	771.484	2,46%
Cap. Próprio	12.079.721	38,58%
Valor a Distribuir	31.312.612	100%

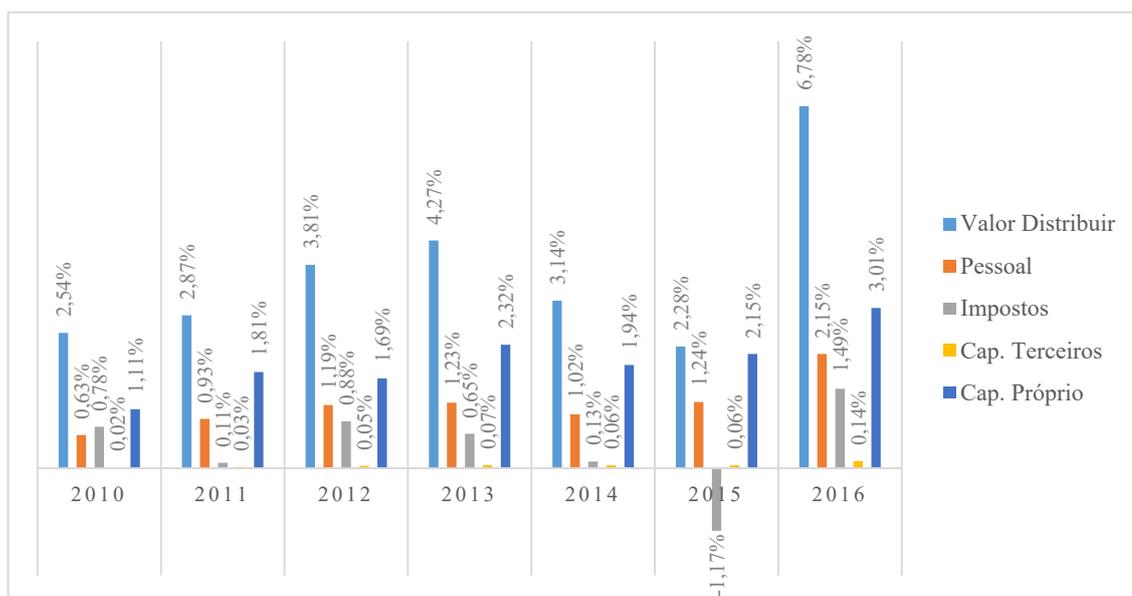
Fonte: Elaboração Própria

A figura 7 demonstra uma queda do índice de geração de riqueza do período de 2011 a 2016, tendo seu pior desempenho em 2015. Também se verifica que o banco Safra vem distribuindo suas riquezas com seus funcionários de maneira uniforme de 2010 a 2016, tendo o pior período de remuneração em 2013 e 2014 e voltando aos patamares iniciais em 2016.

A tabela 8 mostra que o Santander distribuí 39% de suas riquezas ao capital próprio, e com o pessoal de 32% o que demonstra pouca disparidade de remuneração entre esses agentes. A distribuição de impostos segue com 27% e por último a remuneração de capital próprio com apenas 2%.

4.1.8 Banco BTG Pactual

Figura 8 – BTG Pactual (Índice de Geração de Riqueza por ativo e distribuição entres os agentes):



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 9 – Remuneração dos agentes 2010 a 2016 (Em R\$ mil):

BTG Pactual		
	Valor Distribuido	Part. Distribuição
Pessoal	13.344.034	34,46%
Impostos	2.156.026	5,57%
Cap. Terceiros	667.269	1,72%
Cap. Próprio	22.559.385	58,25%
Valor a Distribuir	38.726.715	100%

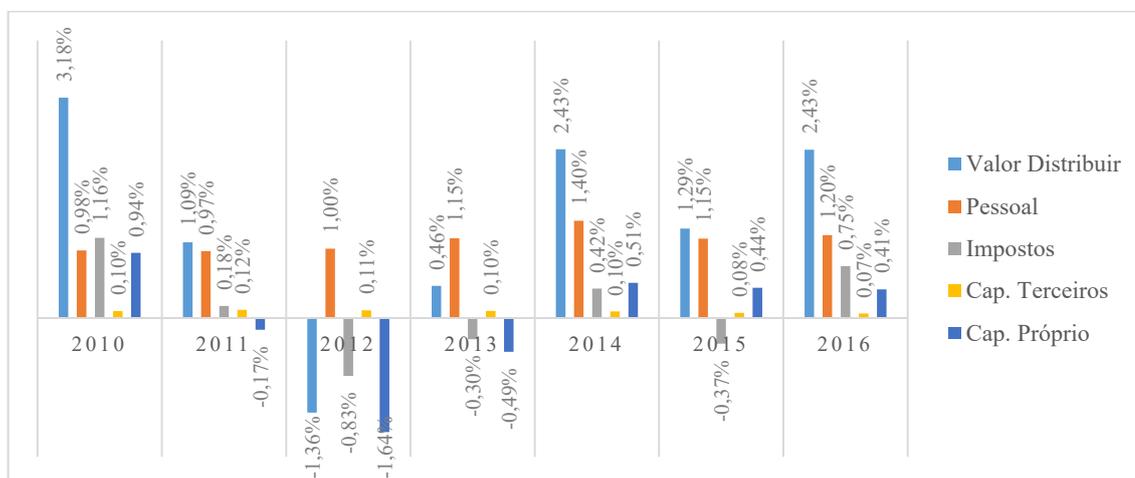
Fonte: Elaboração Própria

Verifica-se na figura 8 que o índice de riquezas geradas pelo BTG pactual aumenta de 2010 a 2013, e decai ao menor patamar em 2015 com 2,28%. Em 2016 o BTG Pactual conseguiu realizar um salto de seu índice de riqueza para 6,78% o que resultou em um aumento índice de remuneração de todos os agentes. O aumento do índice decorreu principalmente da redução brusca dos ativos do banco de R\$ 254 bilhões em 2015, para R\$ 111 bilhões em 2016. Essa redução do ativo não veio acompanhada pela redução do valor a distribuir do DVA, ao contrário o valor a distribuir aumentou de quase R\$ 6 bilhões em 2015 para quase R\$ 8 bilhões em 2016.

A tabela 9 demonstra que o BTG Pactual de 2010 a 2016 vem remunerando preponderantemente o seu capital próprio, que fica com 58% da riqueza gerada pela instituição. Em seguida os funcionários ficam com 34% da riqueza gerada, seguido dos impostos com apenas 6% e por último com o capital de terceiros com 2%.

4.1.9 Banco Votorantim

Figura 8 – Votorantim (Índice de Geração de Riqueza por ativo e distribuição entres os agentes):



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 10 – Remuneração dos agentes 2010 a 2016 (Em R\$ mil):

Votorantim		
	Valor Distribuído	Part. Distribuição
Pessoal	10.482.570	86,20%
Impostos	1.235.153	10,16%
Cap. Terceiros	945.299	7,77%
Cap. Próprio	(502.112)	(4,13%)
Valor a Distribuir	12.160.910	100%

Fonte: Elaboração Própria

A figura 9 demonstra que o banco Votorantim deteve uma queda brusca em seu índice de riqueza por ativo, chegando a 2012 a patamares negativos de 1,36%. Em 2011 a 2013 o Votorantim gerou valores negativos a remuneração do capital próprio o que por consequência afetou a distribuição de riqueza e criação de valor da instituição.

A tabela 10 corrobora a análise acima, pois demonstra que de 2010 a 2016 o banco não conseguiu remunerar o seu capital próprio, destruindo valor aos seus investidores. A maior remuneração fica com os funcionários com 86% da riqueza gerada, em seguida os impostos com 10%, o capital de terceiros em terceiro com 8% da riqueza e o capital próprio com uma perda de -4% no período analisado.

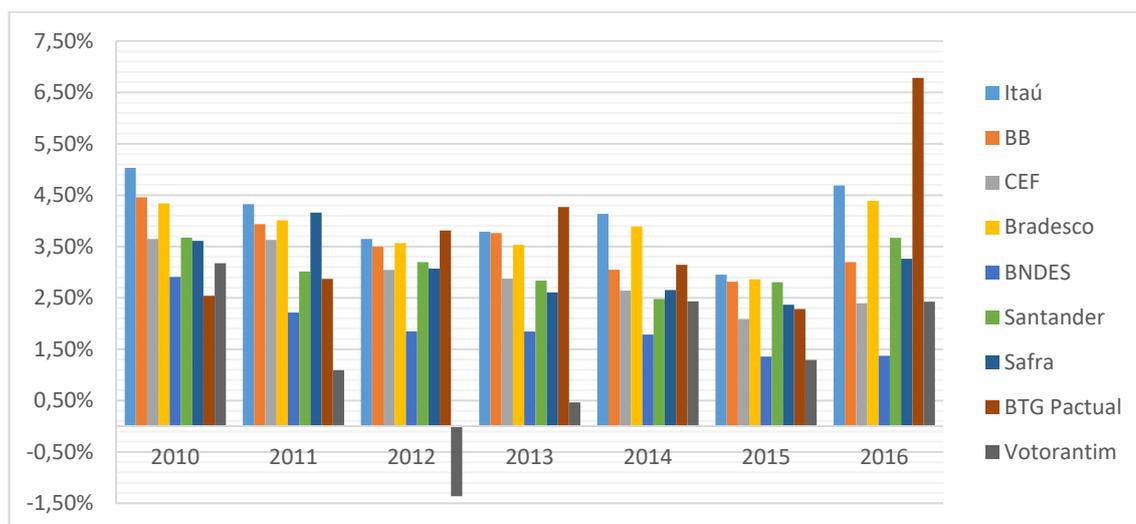
4.2 Comparativos entre as Instituições Financeiras

Neste tópico, serão realizadas duas análises. No primeiro apresentará o comparativo dos índices de riqueza e distribuição destas anualmente, enquanto o segundo se refere a uma análise de quais os agentes as instituições selecionadas remuneraram mais no período de 2010 a 2016.

4.2.1 Comportamentos das Instituições Financeiras

Nos gráficos 10 a 13 e das tabelas 11 a 14 são apresentados os comparativos dos índices de geração de riqueza e de remuneração dos agentes de cada banco nos períodos de 2010 a 2016.

Figura 10 – Índice de geração de riqueza



Fonte: Elaboração Própria

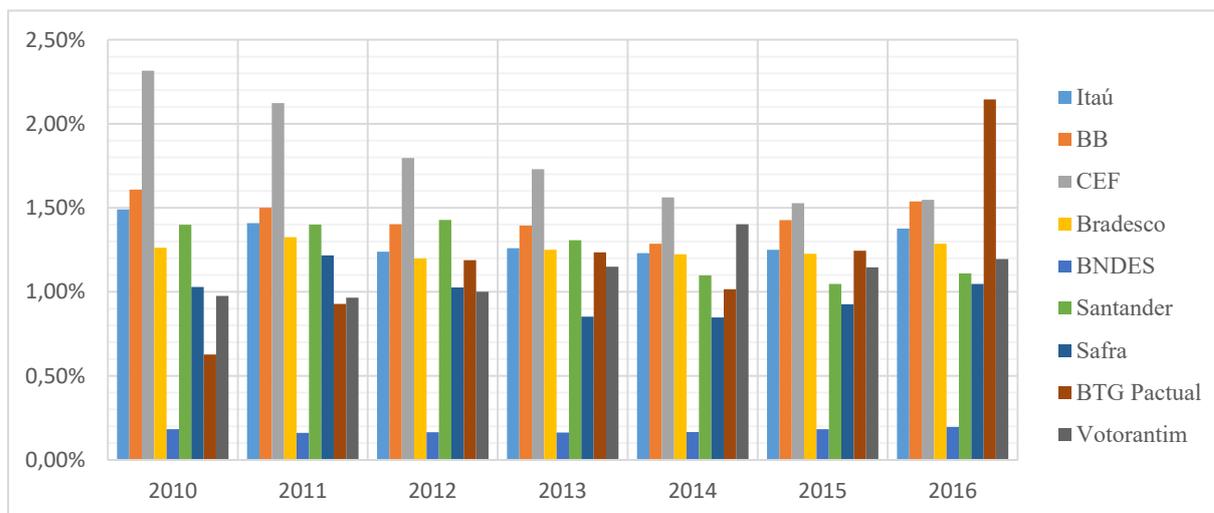
Tabela 11 – Média anual do índice de geração de riquezas das instituições

Itaú/Unibanco	4,08%
BB	3,53%
CEF	2,90%
Bradesco	3,80%
BNDES	1,90%
Santander	3,10%
Safra	3,10%
BTG Pactual	3,67%
Votorantim	1,36%

Fonte: Elaboração Própria

Conforme verifica-se na figura 10 e na tabela 11 o banco Itaú/Unibanco é a instituição com os maiores índices de geração de riqueza por ativo de toda a série pesquisada, com exceção dos anos de 2012, 2013 e 2016 ficando atrás só do BTG Pactual, e com um índice médio de 4,08%. O Bradesco é o segundo que mais gerou riqueza no período pesquisado, com um índice médio de 3,80%, BTG pactual vem logo após com 3,67%. O Banco Votorantim ficou com o pior índice médio da série pesquisada, 1,36%, isso foi devido à perda índice de geração negativa de -1,36%, registrado em 2012. Essa perda foi ocasionada pelo prejuízo contábil registrado de R\$ 1.987.773 mil.

Figura 11 – Índice de geração de riqueza distribuído aos funcionários



Fonte: Elaboração Própria

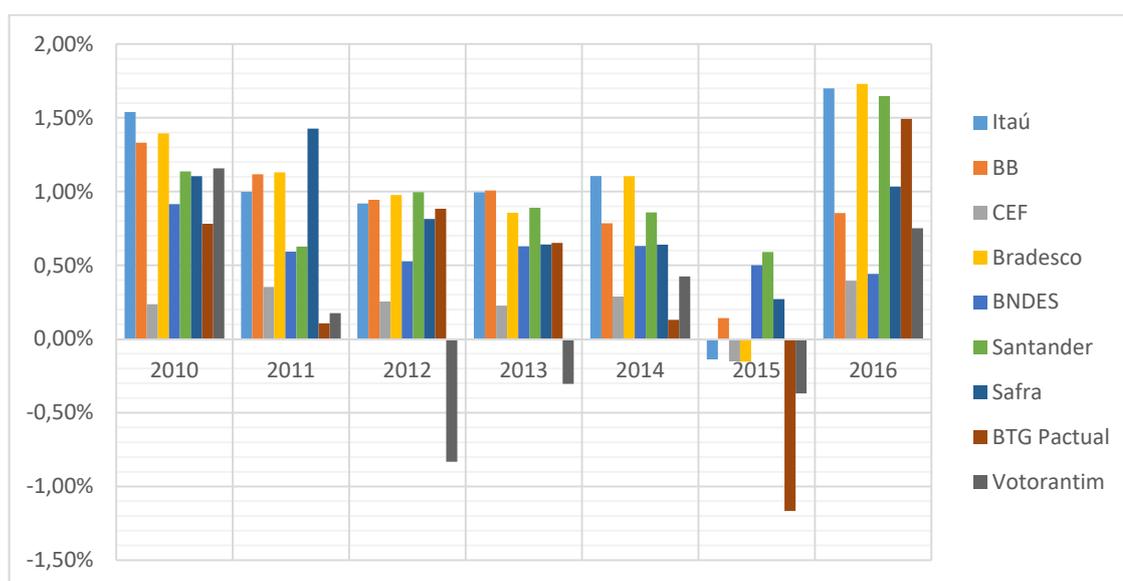
Tabela 12 – Média anual do índice de geração de riquezas das instituições distribuídos aos funcionários

Itaú/Unibanco	1,32%
BB	1,45%
CEF	1,80%
Bradesco	1,25%
BNDES	0,17%
Santander	1,26%
Safra	0,99%
BTG Pactual	1,20%
Votorantim	1,12%

Fonte: Elaboração Própria

Conforme verifica-se na figura 11 e na tabela 12 a CEF é a instituição que mais distribuiu suas riquezas geradas aos seus funcionários sendo apenas ultrapassada em 2016 pelo BTG Pactual e com uma média anual de 1,80%. A segunda instituição que mais remunerou seus funcionários foi o Banco do Brasil que teve em 2010 o seu maior índice, sendo ultrapassado pelo Santander em 2012 e pelo BTG Pactual em 2016 e com um índice médio de 1,45%. Conforme explicado na análise individual do BTG Pactual a entidade teve um aumento brusco em seu índice de geração de riqueza devido à redução drástica de seus ativos, esse resultado também impactou no índice de distribuição aos funcionários que saltou de 1,24% em 2015 para 2,15% em 2016. A instituição que menos remunerou seus funcionários é o BNDES que teve o seu maior índice em 2016 com apenas 0,2% e com um índice médio de apenas 0,17%.

Figura 12 – Índice de geração de riqueza distribuído para pagamento de impostos



Fonte: Elaboração Própria

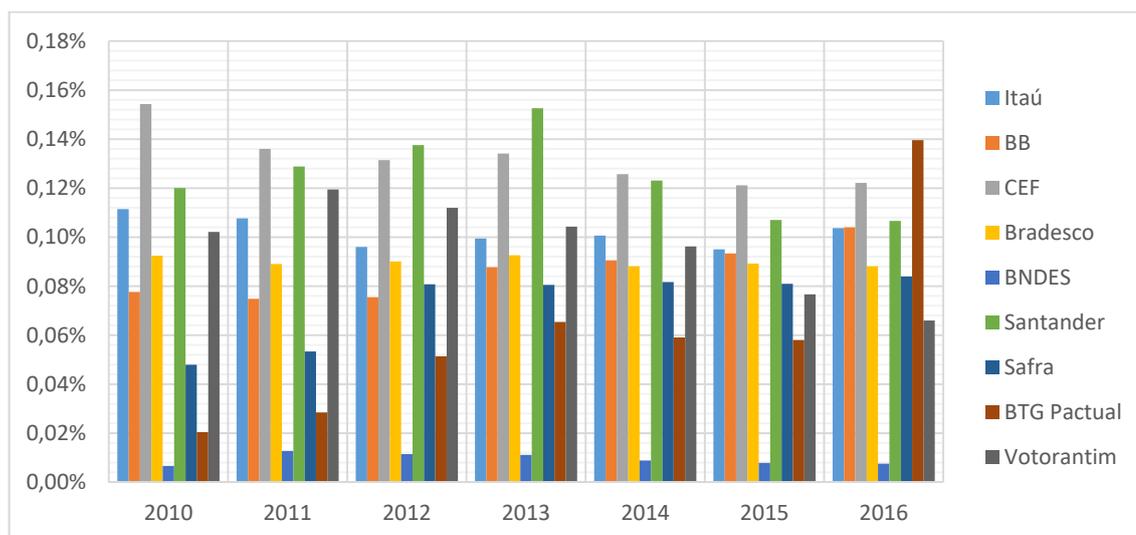
Tabela 13 – Média anual do índice de geração de riquezas das instituições distribuídos para pagamento de impostos

Itaú/Unibanco	1,02%
BB	0,88%
CEF	0,23%
Bradesco	1,01%
BNDES	0,61%
Santander	0,96%
Safra	0,85%
BTG Pactual	0,41%
Votorantim	0,14%

Fonte: Elaboração Própria

Conforme verifica-se na tabela 13, o maior índice de riqueza distribuído para impostos foi o Itaú/Unibanco com uma média do índice de 1,02%. A segunda instituição que com o maior índice médio foi o Bradesco com 1,01%. Percebe-se pela figura 12 que o pior ano de remuneração aos impostos foi em 2015, aonde devido a conjuntura política e social do país o que fez com que o Itaú/Unibanco, CEF, Bradesco, BTG Pactual e Votorantim registrassem prejuízo fiscal, bem como deduziu o índice dos restantes das instituições. A instituição com menor índice de geração de riquezas distribuídas no pagamento de impostos foi o Votorantim com apenas 0,14%, isso ocorreu devido aos sucessivos prejuízos fiscais que a entidade teve nos anos de 2012, 2013 e 2015.

Figura 13 – Índice de geração de riqueza distribuído para o capital de terceiros



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 14 – Média anual do índice de geração de riquezas das instituições distribuídos para capital de terceiros

Itaú/Unibanco	0,10%
BB	0,09%
CEF	0,132%
Bradesco	0,09%
BNDES	0,01%
Santander	0,125%
Safra	0,07%
BTG Pactual	0,06%
Votorantim	0,10%

Fonte: Elaboração Própria

Verifica-se na tabela 14 que as instituições que mais distribuíram as suas riquezas para capital de terceiros foram a CEF e Santander com uma média de 0,13%. A figura 13 demonstra que essas instituições tiveram o seu pico de distribuição em 2010 para a CEF e 2013 para o Santander. Com as análises efetuadas é perceptível que a remuneração do capital de terceiros não representa significativamente a distribuição total das riquezas geradas em cada instituição. A remuneração de capital de terceiros se baseia unicamente de pagamento de alugueis realizados pelas instituições.

Figura 14 – Índice de geração de riqueza distribuído para o capital próprio



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 15 – Média anual do índice de geração de riquezas das instituições distribuídos para capital próprio

Itaú/Unibanco	1,64%
BB	1,11%
CEF	0,74%
Bradesco	1,45%
BNDES	1,12%
Santander	0,75%
Safra	1,19%
BTG Pactual	2,00%
Votorantim	0,00%

Fonte: Elaboração Própria

A partir da tabela 15 é possível observar que a instituição com o maior índice médio de riquezas destinadas ao pagamento de capital próprio no período de 2010 a 2016 foi o banco BTG Pactual com 2,00%. Segundo o gráfico 14 de 2012 a 2016 o BTG Pactual remunerou mais do que as outras instituições analisadas. A segunda instituição que mais remunerou o seu capital próprio foi o Itaú/Unibanco com uma média de 1,64% ultrapassando a contribuição de todas as instituições em 2010 e se igualando com a do BTG Pactual em 2011.

4.2.2 Distribuições aos Agentes

Na tabela 15 são apresentados os comparativos do montante remunerado para cada agente, por todas as instituições analisadas nos períodos de 2010 a 2016.

Tabela 15 – Distribuição entre os Agentes dos valores a distribuir gerado pelas Instituições financeiras (Em R\$ mil)

Instituições Distribuição Agentes		
	Valor Distribuido	Part. Distribuição
Pessoal	596.835.514	37,66%
Impostos	373.270.952	23,56%
Cap. Terceiros	43.485.554	2,74%
Cap. Próprio	571.047.010	36,04%
Valor a Distribuir	1.584.639.030	100%

Fonte: Elaboração Própria

A partir da tabela 15 fica claro que entre o período de 2010 a 2016 as instituições financeiras analisadas distribuíram mais a sua riqueza gerada para os seus funcionários, com o correspondente índice de 37,66% de todo o valor a distribuir. A remuneração para o capital próprio a segunda maior participação da distribuição de riquezas com 36,04%, seguido de impostos com 23,56% e por último o capital de terceiros com 2,74%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo identificar a riqueza gerada por cada instituição financeira, e a distribuição da riqueza gerada entre os principais componentes da distribuição, dentre eles: Pessoal, Impostos Taxas e Contribuições, Remuneração de Capital de Terceiros e Remuneração de Capital Próprio.

Na primeira análise realizada apresentando os resultados obtidos no período de cada instituição, como demonstra nas tabelas de 2 a 10, observou-se que o Itaú/Unibanco, Bradesco, BNDES, Safra e BTG Pactual remunera preponderantemente o seu capital próprio com uma participação de todo o valor a distribuir na proporção de 40,31%, 38,07%, 58,37%, 38,58% e 58,25% respectivamente. O Banco do Brasil, CEF, Santander e Votorantim remunera majoritariamente os funcionários com uma participação de todo o valor a distribuir na proporção de 41,20%, 62,42%, 40,29% e 86,20% respectivamente.

Na segunda análise realizada apresentando os resultados, em média, obtidos das instituições que mais geraram riqueza por unidade de ativo e o quanto deste índice foi distribuído entre os agentes. As tabelas de 11 a 14 demonstram que a instituição que obteve maior índice de geração de riqueza foi o Itaú/Unibanco com um percentual de 4,08%. As instituições que mais distribuíram suas riquezas para pessoal, impostos, capital de terceiros e capital próprio foram respectivamente: CEF com 1,80%, Itaú/Unibanco com 1,02%, CEF e Santander ambas com 0,13% e BTG Pactual com 2,00%. Também na segunda análise foi realizado uma análise total das riquezas distribuídas entre os agentes e foi demonstrado que os funcionários são os agentes com maior participação, 37,66%, nos valores a distribuir nas instituições analisadas no período de 2010 a 2016.

Com o apresentado, é possível ser verificada a relevância deste índice para o investidor, pois as instituições não realizam a divulgação do índice calculado em seus relatórios financeiros e com ele pode-se verificar quanto cada real investido no ativo das instituições financeiras gera de valor adicionado para o meio em que se relacionam com cada uma. Sendo assim, possibilita-se uma maior comparabilidade entre as instituições de um mesmo setor.

Em possíveis pesquisas futuras, pode ser realizada uma análise da correlação entre as riquezas distribuídas para os funcionários e para os impostos com o fato das instituições financeiras serem públicas ou privadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Manual prático de interpretação contábil da lei societária**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ANDREZO, Andrea F.; LIMA, Iran S. **Mercado financeiro: aspectos conceituais e históricos**. São Paulo: Atlas, 2007.
- SANTOS, Ariovaldo. **Demonstração do Valor Adicionado: como elaborar e analisar DVA**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas, 2012.
- _____. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 2015.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2008.
- BRASIL. **Lei 11638/07**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 02 out. 2017.
- BRASIL. **Lei 4595/07**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>. Acesso em: 02 out. 2017
- BRUNI, Adriano Leal. **Mercados financeiros: para certificação profissional ANBID 10 (CPA-10)**. São Paulo: Atlas, 2005.
- _____. **A análise contábil e financeira**. São Paulo: Atlas, 2014.
- CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2008) Pronunciamento Técnico CPC n. 00 (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, DF, 02 dez. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/> . Acesso em: 29 set. 2017.
- CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2008) Pronunciamento Técnico CPC n. 9: Demonstração do Valor Adicionado. Brasília, DF, 30 out. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/> . Acesso em: 29 set. 2017.
- FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. São Paulo: Alínea, 2007.
- IUDÍCIBUS, Sérgio *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 33. P.
- IUDÍCIBUS, Sergio. **Análise de Balanços**. São Paulo: Atlas, 2013
- MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2009.
- _____. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica:** contabilidade introdutória e intermediária. São Paulo: Atlas, 2012.

PORTO, José Maria. **Manual dos mercados financeiros e de capitais.** São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2010.

TIBÚRCIO, César Augusto; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade Básica.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 5 p.

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz Roberto. **Manual de contabilidade:** teoria e mais de 650 questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

APÊNDICE 1 – DEMONSTRAÇÃO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		

9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

O total do item 9 deve ser exatamente igual ao item 8.